

**Programa
Eleitoral
Porto**



LIVRE

Liberdade Esquerda Europa Ecologia

Versão

Agosto
de 2021

Índice

Ecologia **pág. 6**

Combate às desigualdades **pág. 16**

Habitação **pág. 27**

Democracia participativa **pág. 33**

**Diamantino
Raposinho
Candidato**

**Câmara Municipal
do Porto**



**Daniel
Gonçalves**
Candidato

Assembleia
Municipal
do Porto



Ecologia

Ambiente

- Convocação de uma Assembleia de Cidadãos para adotar um Plano de Transição Ecológica (que inclui, também, a Estratégia Municipal e Plano de Ação para o Combate e Adaptação às Alterações Climáticas), com vista à descarbonização da cidade na próxima década.
- Colaborar com os centros de investigação do concelho para avaliar a situação ambiental atual.
- Colaborar com os centros de investigação do concelho para avaliar a situação ambiental atual.
- Convidar as ONGA (Organização Não Governamental de Ambiente) para participar no processo de revisão dos planos de ordenamento e gestão dos impactos ambientais.
- Estabelecer critérios de condicionalidade ambiental para quaisquer investimentos a longo prazo na cidade, com destaque para os grandes projetos imobiliários e infraestruturas.
- Reduzir o uso dos plásticos descartáveis.

-
- Inculzir o conceito de economia circular, objetivando-se as estratégias de “zero resíduos” e “lixo de uns é matéria-prima de outros”.
 - Potenciar a eficiência do Sistema de Gestão de Resíduos, promovendo a sua progressiva digitalização.
 - Promover um sistema integrado de recolha das solicitações e contributos dos municípios, recorrendo-se a um sistema de prioridades no que toca à gestão dos resíduos municipais.
 - Defender o direito à fabricação e reparação, apoiando-se os negócios de reparação (repair cafés) e incentivar a democratização da tecnologia da fabricação digital (ex. impressão).
 - Combater o desperdício alimentar local, juntando os estabelecimentos comerciais, associações e cidadão nesta questão, em articulação com a Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar.

Mobilidade

- Retirar a prioridade ao automóvel nas zonas residenciais e ruas de baixo tráfego,

reduzindo a velocidade máxima de circulação, criando bairros “zonas 30” (velocidade limitada a 30 km/h), redesenhando o espaço urbano em que o automóvel é o intruso.

- Reduzir a área reservada ao automóvel e promover a utilização da rua pelas pessoas (espaço de estar, plantação de árvores, esplanadas, área de circulação).
- Nas ruas mais largas, colocação de passadeiras nos circuitos naturais dos peões.
- Garantir a informação sobre o sistema de mobilidade em várias línguas, incluindo para língua gestual portuguesa.
- Caminhar para a gratuidade no transporte público na área metropolitana, começando pela gratuidade para os sub-23.
- Criação de uma rede de bicicletas partilhadas pública, à imagem do modelo londrino e de Lisboa.
- Incentivar, em cooperação com as grandes empresas do setor rodoviário que operam na Área Metropolitana do Porto, o emprego de mais veículos elétricos.
- Planear e mapear novos pontos de abastecimentos para carros elétricos.

→ Criação de uma verdadeira rede municipal de ciclovias, melhorando a infraestrutura para velocípedes, nomeadamente na zona ocidental da cidade.

→ Promover sistemas de veículos partilhados, integrados com o sistema de transporte público local, articulado com os municípios vizinhos.

→ Apostar na rede de elétricos como transporte público acessível a todos - integração no andante ocasional.

→ Cooperar na reabilitação da Circunvalação, com concelhos vizinhos, introduzindo vias exclusivas para transporte público.

→ Criação de serviços de minibus noturnos como alternativa ao transporte rodoviário.

→ Promover ações de ensino sobre como andar de bicicleta e como reparar bicicletas para adultos e jovens, em conjunto com a sociedade civil e as escolas.

→ Garantir o acesso pedonal ou de bicicleta às escolas, com estacionamento seguro, criando “comboios de bicicletas”.

→ Incentivar espaços comunitários de partilha e reparação de bicicletas locais.

-
- Criar programas de incentivo à aquisição de veículos de mobilidade suave e ativa.
 - Adequação das viaturas de transporte coletivo rodoviário para o transporte de bicicletas.
 - Desincentivar o uso e posse de automóvel através de medidas como partilha e aluguer temporário de veículo e o fecho permanente ou ocasional de ruas e artérias consoante critério de qualidade do ar.
 - Fomentar a mobilidade elétrica, suave e partilhada através do aumento da oferta e a criação de uma rede de postos de carregamento.
 - Assegurar que as entidades públicas - nomeadamente as Autoridades de Transportes - têm acesso aos dados gerais de viagens e de mobilidade, de forma a apoiar uma melhoria contínua das políticas, do planeamento e da gestão quotidiana da mobilidade.
 - Regular a atividade dos operadores de transporte coletivo urbano, garantindo a sua função social, eficácia e abrangência.
 - Passadeiras altas e sinalética luminosa (led) (Damião de Góis, etc.....)

Áreas Verdes

- Fomentar e incentivar a criação de hortas comunitárias na cidade, recorrendo a um modo de produção biológico.
- Promover workshops de agricultura e gestão de hortas urbanas com o cunho municipal.
- Criação de novos espaços verdes, como novos alvéolos por toda a cidade.
- Preservação da biodiversidade urbana.
- Criação de uma entidade reguladora intermunicipal (incluindo municípios espanhóis) para a preservação dos afluentes do Douro.
- Criação do ‘Portal Ambiental Municipal’, onde os munícipes podem denunciar ataques à natureza no concelho.
- Despoluir o rio Douro, tendo em conta a presença de uma densidade considerável de microplásticos.
- Desenvolvimento de pequenos parques solares na cidade.
- Conceber uma carta solar da cidade, mapeando os edifícios mais propícios para a captação da energia solar.

Energia

- Fomentar a participação cidadã em Comunidades de Energia Renovável e Comunidades de Cidadãos para a Energia.
- Conectar as Comunidades de Energia Renováveis ao desenvolvimento de objetivos sociais, como a luta contra a pobreza energética.
- Modernizar as frotas de transporte público e municipal, através da aquisição de veículos movidos a fontes de energia renováveis.
- Dotar os edifícios e infraestruturas públicas de meios para a produção de energias renováveis.
- Combater a poluição luminosa, que quebra os ciclos naturais da noite e do dia e é prejudicial à saúde humana e à biodiversidade local.

Água

- Otimização dos recursos hídricos do município.
- Levantar e reavaliar o alcance e o estado das redes municipais de água e saneamento para identificação de áreas com necessidade de ação prioritária.

-
- Assegurar o acesso universal aos serviços de água, independentemente das condições socioeconómicas dos utilizadores.
 - Melhorar a acessibilidade dos cidadãos às redes de drenagem e ao tratamento de águas residuais, dando especial atenção a investimentos em soluções de saneamento descentralizado (micro-ETAR, fito-ETAR), para melhorar a qualidade das águas superficiais.
 - Restituir, se possível, o abastecimento de água potável às fontes históricas da cidade.

Bem-estar animal

- Criação de um centro veterinário municipal em convénio com o Hospital Veterinário da Universidade do Porto, participando o tratamento dos animais domésticos dos cidadãos com menores meios financeiros.
- Estudar estratégias para propiciar a harmonia entre os cidadãos e a fauna local.
- Pugnar municipalmente pelo bem-estar animal, assegurando o cumprimento das convenções internacionais e da legislação nacional respeitantes aos direitos dos animais.

-
- Reivindicar a alocação de fundos e meios adequados a uma ação eficaz dos veterinários municipais, nomeadamente no que respeita a campanhas de vacinação e desenvolvimento de ações de sensibilização relativas ao bem-estar animal.
 - Defender a implementação de programas relativos à captura, esterilização, identificação eletrónica, desparasitação e adoção/libertação de animais de companhia errantes enquadrados em estratégias municipais e intermunicipais de promoção do bem-estar animal, em coordenação com veterinários municipais, associações zoófilas e cidadãos locais.
 - Financiar devidamente os centros de recuperação de animais silvestres locais e promover a divulgação do seu trabalho às escolas e cidadãos como forma de educação ambiental relativamente à necessidade de conservação e recuperação de espécies animais e valor intrínseco da biodiversidade.

Combate às desigualdades

Direitos Humanos e Sociais

- Criação de um gabinete municipal de direito humanos, nomeadamente para o apoio a minorias LGBTQI+, refugiados e vítimas de violência.
- Concessão de bolsas de estudo para refugiados.
- Criar serviços de apoio a imigrantes, apoiando e facilitando os processos de integração.
- Articular o acompanhamento de refugiados com os serviços competentes, de forma a acautelar o seu processo de integração.
- Restituição da provedoria do cidadão com deficiência.
- Isentar o pagamento de todas as taxas municipais a todos os cidadãos com um grau de incapacidade igual ou superior a 60% (equivalente ao atestado multiusos).
- Criação de um espaço municipal especializado, de acolhimento provisório de pessoas cuidadas, de forma a permitir que os cuidadores informais possam usufruir de um interregno de descanso, de forma a promover o seu bem-estar e equilíbrio emocional.

-
- Criação de um espaço municipal especializado, de acolhimento provisório de pessoas com necessidade de cuidados permanentes, de forma a permitir que os cuidadores informais possam usufruir de um interregno de descanso.
 - Implementar uma rede de serviços de apoio a vítimas e sobreviventes de violência no município.
 - Criar casas-abrigo para pessoas marginalizadas.
 - Combater a discriminação por orientação sexual ou por identidade de género, implementando um Plano Municipal LGBTI+, em parceria com as demais entidades dedicadas a esta causa.
 - Assinalar a nível municipal o dia 17 de Maio como o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia.
 - Apoiar e facilitar a organização de eventos importantes para a visibilidade LGBTQI+.
 - Campanhas de sensibilização para o problema do machismo e a violência sexual contra as mulheres.
 - Otimizar as infraestruturas do SNS ao nível municipal, em plena articulação com

os Conselhos Municipais de Saúde.

→ Estabelecer um plano para a erradicação das situações de sem-abrigo, em conjunto com os outros atores do setor público e social - através o modelo Housing First.

→ Avançar com a introdução de um projeto-piloto de Rendimento Básico Incondicional ao nível municipal ou intermunicipal.

→ Otimizar o Atendimento e Acompanhamento Social às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, promovendo a sua autonomização económica e otimizando recursos para a sua inclusão e a participação efetiva.

→ Promover junto das instituições de apoio social respostas dirigidas aos cuidadores informais.

→ Criar incubadoras de empreendedorismo social, que prestem apoio a projetos orientados para o impacto social.

→ Aumentar os fundos disponíveis para os apoios de alimentação para os alunos com famílias em carência económica.

→ Reforçar a oferta e apoio nas AECs (Atividades Extracurriculares) nas escolas públicas.

→ Reforço efetivo das equipas de ação social do município e das freguesias.

Educação

→ Reforço do financiamento às escolas por parte do município, nomeadamente para a recuperação das aprendizagens no pós-Covid 19.

→ Investir na educação e formação de adultos, generalizando a perceção de que a aprendizagem se realiza ao longo da vida, promovendo quer a educação formal - nomeadamente a formação profissional em contexto de trabalho - quer a aprendizagem não formal e informal em todas as idades, incluindo as Universidades Sénior e a nova Universidade Municipal ou Metropolitana.

→ Criação de uma Universidade Municipal ou Metropolitana, em convénio com a Universidade do Porto.

→ Apoio a empresas da UPTEC para o desenvolvimento de smart solutions verdes para a cidade, à semelhança do modelo copenhaguense.

→ Garantir o envolvimento das escolas, da autarquia e da comunidade de forma a

dar resposta às várias funções educativas.

- Reforçar o pessoal não docente para assegurar maior acompanhamento dos alunos e maior flexibilidade nas atividades dentro e fora do espaço escolar.
- Propiciar a relação entre as escolas e a comunidade, disponibilizando as estruturas de proximidade, como as bibliotecas, espaços verdes, hortas comunitárias, museus, teatros e outros equipamentos na comunidade.
- Aprofundar o envolvimento das escolas com as autarquias para os programas de saúde pública e de combate à pobreza infantil, de forma a garantir cuidados básicos de saúde, higiene e alimentação saudável.
- Assegurar a existência de equipas multidisciplinares em todas os agrupamentos que favoreçam a mediação entre as profissionais de ensino, os alunos, as famílias e a comunidade, nomeadamente psicólogos, assistentes sociais e, sempre que se justifique, outros profissionais da área das ciências sociais.
- Expandir e requalificar a rede de creches públicas municipais, garantindo assim o acesso à educação

a partir dos 4 meses de idade.

→ Promoção proativa da inclusão no território concelhio.

Economia Local

→ Utilizar o Indicador Municipal de Bem-Estar, que deverá incluir igualmente o nível de igualdade, para guia das políticas do município.

→ Proteger e incentivar a criação de negócios locais.

→ Investir no apoio à transição digital do comércio local, capacitando-o para o e-commerce.

→ Promover a indústria de bicicletas local.

→ Encorajar a produção e consumo locais, com o intuito de fomentar a economia interna. As cantinas públicas devem adquirir produtos locais para reforçar a procura local.

→ Conceber o desenvolvimento e criação de cooperativas e/ ou empresas que promovam a produção e consumo sustentável de bens ou serviços produzidos a nível local através da criação de um gabinete municipal de gestão de projetos.

-
- Promoção do comércio local através de programas de divulgação e de incentivos económicos ao investimento: possibilitar a discriminação positiva do comércio local na cobrança dos impostos municipais; apoio às lojas históricas e contribuição para a sua importância cultural.
 - Inculcar o teletrabalho a partir de casa ou de locais perto de casa (podendo ser criados locais para co-work permanente ou ocasional).

Bens Digitais Comuns

- Apostar na transição dos ecossistemas digitais baseados em sistemas proprietários para soluções baseadas em software livre. O dinheiro poupado em licenças deve ser aplicado em serviços de desenvolvimento, manutenção e formação.
- Promover a literacia digital nos serviços proporcionados pelo município e nos municípios, em plena articulação com os atores escolares locais.
- Cultura e Património
- Criar um Concurso internacional de bolsas literárias para escritores, cujo pano

de fundo da obra terá de ser a cidade.

- Tornar o Porto numa cidade-refúgio para artistas e escritores expatriados ou refugiados.
- Tomar a iniciativa de reabilitação do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral.
- Fomentar e apoiar o associativismo local cultural.
- Apostar na digitalização dos arquivos e bibliotecas municipais e no alargamento dos seus horários de funcionamento.
- Lançar um Concurso internacional para a realização de um filme na cidade.
- Criar pontos de partilha literária pelo centro da cidade.
- Promover uma incubadora de artes, reaproveitando um espaço abandonado da cidade que possa incluir estúdios, ateliers, salas de espetáculos, estúdios de rádio comunitários (podcasts).
- Tornar gratuita a entrada dos cidadãos portuenses em espaços como Serralves, Casa Da Música, Rivoli, etc.
- Criar tarifas gratuitas de forma que determinados grupos (etários

e não só) tenham um acesso mais alargado aos espaços culturais.

→ Garantir espaços de criação artística à comunidade local.

→ Disponibilizar, em formato digital e de fácil acesso, o panorama sociocultural do município, incluindo as associações culturais e artísticas, assim como o património material e imaterial.

→ Implementar medidas de apoio ao mecenato.

→ Implementar programas de promoção do património local para os cidadãos residentes (principalmente para os mais idosos e os mais jovens), com visitas guiadas, pequenas exposições descentralizadas ou ações de rua.

→ Desenvolver programas de formação artística e técnica, com o selo municipal, dirigidos aos jovens das associações culturais locais.

→ Propiciar o envolvimento direto dos cidadãos na discussão e definição das prioridades na área cultural.

Criação de eventos culturais e artísticos a nível intermunicipal, de forma a promover a partilha de recursos e de públicos.

-
- Apoiar as escolas na promoção de eventos/espços culturais para a comunidade.
 - Articulação com as escolas para uma maior envolvência dos alunos com a cultura.

Turismo

- Criação de uma Taxa de carbono municipal no valor de 1 euro para os turistas que chegam à cidade de cruzeiro ou avião, para além da taxa atual em vigor (os turistas que vierem através de outros meios de transporte, como a ferrovia, ficam isentos).
- Promover o Porto como “ponto de partida” para interraillers.
- Estimular a criação de unidades de turismo sustentável, em contraste com as unidades hoteleiras dedicadas ao turismo de massas.
- Fomentar um turismo de qualidade e alto valor acrescentado, em substituição do turismo de massas.

Habitação

Habituação

- Dobrar a oferta de habitação pública no núcleo urbano, em áreas interligadas através da rede municipal de transporte público.
- Aumentar o parque público em bairros específicos do município para promover a inclusão e integração de pessoas, rejeitando a ideia de segregação em bairros sociais.
- Promover um mercado de arrendamento público regulado, alocando o património imobiliário da autarquia para esse fim.
- Reabilitar imóveis devolutos do Estado através da transferência da titularidade dos imóveis para a gestão das autarquias, com o respetivo financiamento.
- Otimizar a gestão da Domus Social e rever os seus regulamentos, objetivando-se uma gestão sustentável e autossuficiente do parque público de habitação, tendo em conta o rendimento disponível dos agregados familiares com rendimentos baixos e médios.
- Garantir transparência no apoio à habitação, através da reavaliação/elaboração de regulamentos e programas de modo a difundir a integração e inclusão da população, usando critérios que permitam

a atribuição de habitação pública de forma mais transversal e universal aos cidadãos, considerando igualmente a adequação às situações socioeconómicas da população mais vulnerável.

→ Criação de mais unidades de alojamento estudantil na cidade.

→ Promover o apoio ao arrendamento de longa duração de proprietários privados para aumentar o número de frações com rendas acessíveis à classe média e baixa.

→ Imposição de uma quota reservada para arrendamento acessível (ou para habitação pública) em novos empreendimentos.

→ Redução das taxas camarárias aplicadas a empreendimentos em que pelo menos 40% das frações sejam para arrendamento de longa duração, com rendas acessíveis.

→ Possibilitar a cedência a longo prazo de edifícios públicos, mantendo-os propriedade da autarquia, privilegiando as cooperativas, para arrendamento de longa duração com rendas acessíveis.

→ Recorrer aos financiamentos geridos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e aos fundos previstos

no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) quer para o financiamento de habitação pública quer para soluções de habitação para os mais vulneráveis.

→ Atualizar a Estratégia Local de Habitação, identificando as carências habitacionais do município, nomeadamente as decorrentes da crise económica e social do pós-pandemia.

→ Apoiar as pessoas em situação de precariedade habitacional (despejos, arrendamento informal, situação de sem abrigo, vítimas de violência doméstica) através de um programa com uma bolsa de frações que permita o alojamento temporário e urgente até ser possível encontrar uma solução habitacional condigna.

→ Criar o “Balcão da Habitação” no município, com atendimento especializado sobre questões de habitação, arrendamento jovem/estudantil e urbanismo.

→ Promover a divulgação das Políticas Públicas de Habitação, Programas de Incentivo e Financiamento e Apoio Técnico especializado quer de vertente administrativa na prossecução dos programas camarários de apoio setorial ou

geral, quer de projeto e jurídica na resolução de problemas individuais e de pequena escala. Destas destaca-se a proteção de habitantes em vulnerabilidade habitacional, sobretudo no Centro Histórico do Porto.

→ Apoiar as cooperativas habitacionais, de autoconstrução e habitação evolutiva.

→ Regulação efetiva do Alojamento Local, com a atualização do regulamento municipal, reduzindo as licenças de frações habitacionais em cada bairro e aumentando a fiscalização, assim como propondo zonas de exclusão de alojamento local.

→ Aumento da taxa de registo no município, a aplicar à entidade exploradora de alojamento local.

→ Renovação anual das licenças a aplicar à entidade exploradora de alojamento local, que comprove a utilização mínima de 30 dias.

→ Coadjuvar a Universidade do Porto de forma a garantir um aumento da oferta de rede de residências universitária.

Urbanismo

→ Desenvolver novas centralidades e melhorar a qualidade dos espaços

públicos (praças, parques infantis, jardins, etc.), promovendo a permanência de todos, adequado para as crianças, pessoas com mobilidade condicionada e potenciando a mobilidade pedonal.

→ Incutir os vários modos de transportes públicos e a mobilidade suave como pilar estruturante da vida dos bairros.

→ Adequar a via pública e do edificado público para todas as idades, funcionalidades e condicionamentos físico-motores das pessoas.

→ Munir o município de equipamentos sociais inclusivos.

→ Aplicar políticas de proximidade, incentivando a participação da população na escolha e tomadas de decisão sobre planeamento urbano e de equipamentos públicos.

→ Limitar radicalmente a publicidade no espaço público, reduzindo o número de “outdoors” e “MUIPs”, entre outros, reduzindo a poluição visual e luminosa.

Democracia Participativa

Democracia local e transparência

- Democracia local e transparência
- Convocação de uma Assembleia de Cidadãos para adotar um Plano de Transição Ecológica (que inclui, também, a Estratégia Municipal e Plano de Ação para o Combate e Adaptação às Alterações Climáticas), com vista à descarbonização da cidade na próxima década.
- Criação de um “Portal de Rua”: um portal e aplicação eletrónica, onde o cidadão pode participar ou sugerir intervenções na sua cidade, no seu bairro ou na sua rua, assim como conhecer e interagir diretamente com todos os processos de decisão da autarquia.
- Conceção dos sítios da Internet municipais com mais informação obrigatória e de fácil acesso aos cidadãos, tanto para municípios como freguesias.
- Apoio aos programas de Orçamento Participativo e Orçamento Participativo Jovem municipal.
- Ampliar a participação dos cidadãos nos Orçamentos Participativos, recorrendo a processos deliberativos.

-
- Associar grandes projetos urbanísticos com componentes de democracia deliberativa efetiva.
 - Implementar um programa de fomento de participação cidadã nas decisões políticas.
 - Garantir a concretização das propostas dos Orçamentos Participativos escolhidas pelos cidadãos, bem como seguimento das críticas, avisos ou dúvidas dos cidadãos para com os órgãos políticos locais.
 - Simplificar e democratizar a participação cidadã nos atuais órgãos municipais, incluindo as reuniões dos órgãos autárquicos, as intervenções ocorridas na Assembleia Municipal e as reuniões da Câmara e Assembleias de Freguesia.
 - Tornar as discussões públicas mais acessíveis e transparentes, promovendo a divulgação de períodos de discussão pública em anúncios nos sítios da internet, cartazes em quadros analógicos informativos, em espaço público aberto.
 - Disponibilizar de um modo constante os relatórios anuais de atividades, plano e orçamento de todos os organismos autárquicos, bem como todas as

informações referentes à sua situação financeira, acompanhados de uma síntese em linguagem clara e acessível.

→ Estabelecer regras comuns, de sustentabilidade social e ambiental, de conduta empresarial para todos os setores autárquicos, incluindo o empresarial, e exigir paridade de género e menor diferencial de remunerações.

→ Aumentar a transparência municipal, de forma a cumprir todas as variáveis do Índice de Transparência Municipal.

→ Contribuir localmente para a prevenção da corrupção, criando um gabinete municipal e um conselho local de prevenção do combate à corrupção (independente), com a participação direta dos cidadãos e de ONG.

